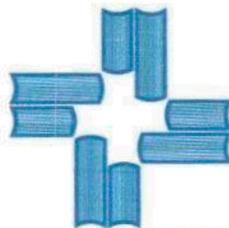




UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE



CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

EDUCAÇÃO DO CAMPO: COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, PODEM SER DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA DO CAMPO

UFCG / BIBLIOTECA

Cuité - PB
2011

MARIA JOSÉ SOUSA SILVA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, PODEM SER DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA ESCOLA DO CAMPO

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, com foco em ensino – aprendizagem da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como requisito parcial para obtenção do grau de especialista pela referida instituição.

Orientador: Professor Ms Lauro Xavier

Cuité – PB
2011

UFCG / BIBLIOTECA



Biblioteca Setorial do CES.

Junho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S586e Silva, Maria José Sousa.

Educação do campo: como as políticas públicas de convivência com o semiárido podem ser desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem na escola do campo. / Maria José Sousa Silva – Cuité: CES, 2011.

32 fl.

Monografia (Curso de Especialização com Foco Ensino-Aprendizagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2011.

Orientador: Lauro Pires Xavier Neto.

1. Educação do campo. 2. Políticas públicas - campo. 3. Semiárido - campo. I. Título.

CDU 37(81-22)

MARIA JOSÉ SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA
COM O SEMIÁRIDO, PODEM SER DESENVOLVIDAS NO PROCESSO DE ENSINO -
APRENDIZAGEM NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ
MARTINHO CERPA DE MENEZES**

Monografia apresentada ao curso de Especialização da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cuité, para do grau de especialista em Ensino e aprendizagem.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º MS. LAURO XAVIER NETO - UFCG
(Presidente - Orientador)

Prof.º Dr. JOÃO BATISTA DASILVA
Examinador

Prof.ª Dr.ª CLÁUDIA PATRÍCIA F. DOS SANTOS
Examinadora

UFCG / BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*A Deus, que com sua onisciência ensinou-me galgar na estrada
do conhecimento e da verdade, rompendo barreiras, vencendo
todos os obstáculos no percurso da vida*

AGRADECIMENTOS

Aos Pais e minha irmã

- *A minha gratidão por tudo o que sou, faço e farei, resultam de vossos esforços em tornar-me cada vez melhor. A vocês que me ensinaram o valor do amor e de ser amado, do respeito ao próximo; que acreditaram nas minhas potencialidades; que confiaram em meus sonhos mesmo parecendo distantes. A vocês razão do meu viver. O meu eterno obrigado.*

Aos colegas de curso

- *Meu afeto e gratidão a todos os colegas que compartilharam do cotidiano da vida acadêmica, em especial a Jocassia, Palmirene, Fabio Gabriel e Amanda.*

Aos amigos

Minha eterna satisfação a todos e a todas pela compreensão, e colaboração nos momentos mais difíceis. Especialmente a Raquel Martins e Adriano Leite

Aos professores

- *Pelo atendimento e compreensão por acreditar que a aprendizagem dá-se mediante a contínua superação de desafios. Em especial aos professores Lauro Xavier Neto e André Martins, e entre outros, pela disponibilidade e compromisso docente.*

A escola

- *José Martinho Cerpa de Menezes por aceitarem participar desse trabalho*

A banca examinadora

- *pela contribuição dada em especial ao professor orientador Lauro e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para realização desse sonho.*

"A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou lamentavelmente, da permanência do hoje." (Paulo Freire).

RESUMO

A educação é mais ampla do que a escola, pois está presente nos diversos movimentos e na organização do povo, e acontece de maneiras, formal em todos os níveis de ensino, e popular organizada pelos movimentos sociais que se caracteriza em todo o contexto em que se está inserida. Portanto, não deve ficar limitada ao mundo das primeiras letras, ou com conteúdos que não contribuam para o desenvolvimento da criança e do jovem do campo resgatar sua autoestima. A convivência com o semiárido é uma alternativa que busca levar as pessoas a conhecerem melhor a região em que vivem, para reaprender a conviver com as condições socioambientais da região. Esse trabalho resulta da inquietação de uma participante de movimentos sociais, que debate e luta por políticas públicas que proporcione qualidade de vida e para permanência no semiárido brasileiro. Diante de fatores como esses, percebemos a importância de diagnosticar e analisar como as políticas públicas de convivência com o semiárido podem ser desenvolvidas ou inseridas no processo de ensino - aprendizagem nas escolas do campo, como na Escola Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes no município de Barra de Santa Rosa/PB. Com base nas concepções dos teóricos de Arroyo (2004), Molina (2004) e Souza (2006), que apresentam a escola do campo como projeto viável e necessário ao homem do campo. Com base nos resultados, percebemos que embora a escola, esteja situada no campo, o ensino não é do campo, ou seja, o planejamento é padrão cidade x campo.

Palavra chave : Educação do campo – políticas públicas – semiárido

ABSTRACT

The education is broader than the school, because it is present in the various movements and organization of the people, and it happens in ways, at all levels of formal education, non-formal organized by social movements, popular and informal characterized in the whole context in which it operates. So it should not be limited to the world of the first letters, or content that does not contribute to the development of children and youth of the field to rescue their self-esteem. Living with the semi-arid region is an alternative that seeks to get people to better know the region you live in, to re-learn to live with the socio-environmental conditions in the region. This work results from the concern of social movements as a participant in that debate and fight for public policies that provide quality of life and to stay in semi-arid, on factors such as these, we realize the importance of diagnosing and examining how public policies live in the semi-arid, can be developed or included in the teaching - learning in field schools in the School Joseph Martin Elementary School Cerpa de Menezes in the town of Barra de Santa Rosa / PB. Based on the theoretical concepts of Arroyo in 2004, Molina 2004 and Souza 2006, which represent the school field as a project feasible and necessary to man the field. Based on the results we see that although the school is situated in the countryside, teaching is not the field.

Keyword: Education field - public policy - semiarid

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO II	12
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
METODOLOGIA	19
CAPÍTULO III	20
Resultados e análise qualitativa dos dados	20
Caracterização dos sujeitos	20
I – Sobre os alunos	20
II – Sobre os professores	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
APÊNDICE (A)	29
APÊNDICE (B)	32

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta da inquietação como participante de movimentos sociais, que debate e luta por políticas públicas que proporcionem qualidade de vida e para permanência no semiárido brasileiro. Diante fatores como esses, percebemos a relevância de diagnosticar as práticas educativas de convivência com o semiárido e de que forma essas políticas estão sendo desenvolvidas ou inseridas no processo de ensino-aprendizagem nas escolas do campo. Da mesma forma avalia o papel teórico/prático que a escola vem desenvolver nesse sentido, partindo das políticas existentes na comunidade, tendo em vista que a convivência com o semiárido é uma alternativa que busca levar as pessoas a conhecerem melhor a região em que vivem, para reaprenderem a conviver com as condições socioambientais da região, construindo uma relação harmoniosa entre as pessoas e das pessoas com o meio ambiente.

A educação do campo é uma proposta que pretende fazer com que as pessoas conheçam o semiárido e busquem novas alternativas para se adaptarem às condições naturais desse lugar. Levando em consideração que a educação no campo é mais ampla do que a escola, pois está presente nos diversos movimentos e na organização do povo, a educação acontece de várias maneiras, sendo a educação formal todos os níveis de ensino, e a educação popular organizada pelos movimentos sociais, que se caracteriza em todo o contexto em que se está inserida.

Por isso, não deve ficar apenas limitada ao mundo das primeiras letras, ou com conteúdos que não contribua para o desenvolvimento da criança e do jovem do campo resgatar sua autoestima. Essa educação precisa então estar embasado na realidade da vida do campo e produzir conhecimentos sobre a realidade que ajude as pessoas que nela vivem, a transformá-la. Assim a terra seja elemento chave, a cultura, as lutas, e a história do campo, sejam o ponto de partida para o trabalho em sala de aula. Pois para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem no campo, devem-se levar em consideração as potencialidades e limitações locais, num espaço de construção do conhecimento, de produção de novos valores, e as tecnologias apropriadas à realidade, construindo um equilíbrio na relação entre natureza humana e não humana. O exemplo, das cisternas de placas, cisternas calçadão do Programa um Milhão de Cisternas que oferecem o armazenamento de água para o consumo e complemento da renda familiar com o cultivo de hortaliças. Os pronaf's - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Crédito que contribui para Construção de um

padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção agrícola.

Dessa maneira o ensino não pode ser limitado, mas abrangente em suas possibilidades. As práticas educativas precisam ser inovadoras, utilizar diferentes procedimentos, recursos e espaços que resgatem a riqueza das experiências vivenciadas no campo, pois o professor é fundamental na aprendizagem e só depende de como ele ensina para desenvolver melhor esse processo, pois ele oferece opções, para os seus educandos irem à busca de qualidade de vida que julguem serem merecedores ou simplesmente viver no campo com melhor qualidade de vida e de maneira harmoniosa com o semiárido.

Nesse sentido delimitamos como objetivo de estudo, analisar como estão sendo desenvolvidas as políticas de convivência com semiárido em salas de aula da Escola Municipal de ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes, de forma que proporcione uma articulação entre a realidade do campo x cidade, numa perspectiva de ação contextualizada no processo de ensino-aprendizagem, buscando assim refletir sobre a valorização dos saberes dos diferentes sujeitos da aprendizagem, que seja jovens, adultos, crianças, terceira idade – homens e mulheres.

Atualmente presenciamos um movimento em relação à Educação do Campo do semiárido brasileiro, que se desenvolve no âmbito dos direitos. Direito de acesso, de educação com qualidade e vinculada aos problemas sociais vividas pelos sujeitos do campo. Esta preocupação entrou em pauta nos debates educacionais com mais ênfase e força política a partir de 1998, com a I Conferência Nacional **“Por uma Educação do Campo”**. O delineamento de propostas que venham ao encontro de uma política educacional contextualizada direcionada ao atendimento da “especificidade do campo” é uma decorrência das reivindicações de movimentos sociais do campo, que naquele evento se concretizavam como parte de uma luta maior, qual seja o de um projeto popular de desenvolvimento para o campo que considere os sujeitos do campo como um todo, fortalecendo sua identidade. A educação no campo é uma educação que deve ser constituída por meio de um diálogo constante entre o conhecimento científico e o saber popular e entre o que se aprende na escola e a possibilidade concreta do desenvolvimento humano sustentável.

Ao desenvolver o processo de ensino-aprendizagem na escola do campo, deve - se respeitar todas as formas e modalidades de educação que orienta pela existência do campo, como um espaço de vida e de relações vividas, porque considerando o campo como um

espaço que é, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura que se resgata os valores e costumes de um povo.

Portanto é diante desses e tantos outros fatores que percebemos a relevância de diagnosticar as práticas educativas de convivência com o semiárido brasileiro, em salas de aula do campo da Escola Municipal de Ensino José Martinho Cerpa de Menezes situada no Assentamento Riacho da Cruz, cuja localização na zona rural a 4 km da sede do município Barra de Santa Rosa/PB, à margem esquerda da BR 104 via Remígio / PB. A comunidade tem cerca de 200 famílias apossadas da terra desenvolvendo a agricultura familiar e uma população de aproximadamente 1100 pessoas entre idosos, adultos adolescentes e crianças.

Para realização deste trabalho, utilizamos como subsídios pesquisas bibliográficas e roteiros para entrevistas com 50% dos professores e 20% dos alunos do 3º e 4º ano da supracitada escola em estudo, que não estão inclusas nestes programas já mencionados, tendo em vista que o município de Barra de Santa Rosa/PB, esta localizada no Curimataú ocidental do semiárido brasileiro e existem instituições que defendem o fortalecimento e ampliação de práticas de convivência no semiárido.

CAPÍTULO II

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, de 1996, no seu Artigo 28 aponta direcionamento específico para escola do campo, está incluso no capítulo que trata da educação básica.

“Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;” (BRASIL, 1996).

Dessa forma os organismos públicos devem promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Entretanto os governos fizeram pouco progresso no sentido de estabelecer políticas e práticas efetivas para a educação no meio rural brasileiro. Somente recentemente, em abril de 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE), estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC). Do mesmo modo, só recentemente o Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) incluiu a educação rural em sua agenda, assim como também é recente a criação, em 2004 pelo Ministério da Educação (MEC), de uma Coordenação Geral de Educação Básica do Campo (CGEC). No âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Só partir da década de 1930, a escolarização para o trabalhador do campo, foi inserida também, com a intenção de amenizar o êxodo rural, provocado pelo processo de industrialização do país, responsável pela grande massa de migrações rurais de quase todas as regiões do país, durante décadas subsequentes em busca de melhoria de vida nos grandes centros urbanos. Educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal, nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho,

moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento.

Experiências que vem acontecendo através de parcerias, entre movimentos sociais, governos e universidades, vêm sendo desenvolvidas no Brasil objetivando a formação de professores.

O presidente Lula em seu governo deu sua contribuição para melhorar a educação do campo, regulamentando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Programa esse que surgiu ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o Ministério da Educação, o programa visa a garantir energia elétrica, água potável, saneamento básico para as escolas, promoção da inclusão digital com acesso a computadores, conexão à internet e às demais tecnologias digitais. Serão beneficiados os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos. (PRONERA, decreto assinado em 05 de Novembro 2010).

Fernando Haddad (Ministro da Educação em 2010) deu ênfase em sua fala relatando que o programa inclui desde a formação de professores até o transporte escolar. Disse também que reconhece as dificuldades para melhorar os índices educacionais no campo, mas lembrou os avanços que houve nos últimos anos. Esse decreto assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possibilita aos camponeses ampliarem o acesso à educação, sair de um anonimato na educação e ter maior respaldo e mais conhecimento, sendo visto por um novo olhar.

A educação rural em suas correntes mais conservadoras ignora a realidade que se propõe a trabalhar, teve origem no pensamento latifundista empresarial, de controle político sobre a terra e aqueles que nela vivem e trabalham. Essa educação incorpora princípios e valores desvinculados da cultura e da familiaridade que os sujeitos sociais do campo possuem do solo, da água, da floresta das culturas de cultivos e da pesca, enfim, desta convivência humana com a natureza e com os outros seres humanos. (Molina 2004).

Concordo plenamente com o autor ao dizer que **“A educação rural em suas correntes mais conservadoras ignora a realidade que se propõe a trabalhar”**, pois se percebe que nossos gestores ainda não aderiram a essa temática de forma prioritária. Não podemos ignorar essa realidade, pelo contrário, devemos estimular aos gestores e profissionais da área na perspectiva de disseminar os conhecimentos de maneira igualitária, respeitando a diversidade cultural e regional de cada localidade e valorizando a organização e manifestações dos movimentos sociais em prol de melhoria dessa política educacional.

Conforme Arroyo (2004), movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo

UFMG / BIBLIOTECA

realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos. Como militante tímida desse movimento, percebo a necessidade de maior envolvimento e participação nas políticas públicas voltadas para o homem do campo. Um viés que possibilita essa sensibilização é a educação do campo. O termo que estamos tratando nesse texto tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ou seja, a LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extraescolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

Com base nesses fundamentos, a Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

A luta por uma Educação Pública de qualidade tem sido motivo de grandes manifestações organizadas por inúmeros movimentos sociais. Entre eles, podemos destacar o trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do Movimento dos Sem Terra (MST) que têm gerado profundas discussões e um acúmulo, inclusive em âmbito institucional, como é o caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, para atender as áreas de assentamentos de reforma agrária.

Se fizermos uma breve análise histórica no tempo, perceberemos que no governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, foram desenvolvidas algumas políticas educacionais tendo como principal característica o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas à realidade do campo, seguido depois de outros, posteriormente efetivados no campo como: os programas educação rural (EDURURAL), e projeto de cooperação técnica e financeira Estado/Município (PROMUNICIPIO), entre outros financiados por organismo internacionais. E atualmente contamos com os programas educacionais SABERES DA TERRA,

PROJOVEM RURAL E BRASIL ALFABETIZADO que continua com um bom índice de participação, embora não se perceba a sua eficácia devido à precariedade em sua proposta.

O trabalho desenvolvido em diversos municípios e pelos movimentos sociais apresentam iniciativas que demonstram a existência de um acúmulo de experiências, que não podem passar despercebidas no momento de definição de políticas públicas de educação do campo do semiárido brasileiro. A exemplo dessa experiência podemos citar, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de convivência com o semiárido como: os O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF's) Programa Um Milhão de Cisternas e o Programa Uma Terra e Duas Águas(cisterna calçadão) - Programa ultimo que visa a utilização sustentável da terra e o manejo adequado dos recursos hídricos para produção de alimentos (animal e vegetal), desenvolvida pela Articulação do semiárido e barragens subterrâneas. É desse conjunto que tem ressurgindo o incentivo e a permanência no campo, educação do Campo e dos seus sujeitos. Ainda que o MST seja o sujeito forte na rede social, como já foi dito, ele irradia o debate da educação do campo e atrai os sujeitos que com ela trabalham, fortalecendo assim, a sua própria atuação política na organização de uma proposta pedagógica que valoriza a “cultura camponesa” e que questiona as relações de classe que marcam, particularmente, a realidade do campo no semiárido brasileiro.

A concepção de educação rural expressa a ideologia governamental do início do século XX e a preocupação com o ensino técnico no meio rural, considerado como lugar de atraso. Já a educação do campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável. Tendo em vista que as comunidades rurais do semiárido brasileiro, desde a década de 1990, têm desenvolvido um conjunto de práticas e experiências alternativas voltadas para uma convivência mais solidária e sustentável com a região semiárido e com o meio ambiente de modo geral. (SOUZA, 2006),

No governo Lula, essa denominação teve grande expansão para demarcar o campo, o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no desenvolvimento do campo de forma que o sujeito desse meio torne-se o protagonista de sua própria história. A educação traz um conjunto de conhecimentos e práticas que induz as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo.

Não se discute, portanto, uma questão de espaço geográfico, mas sim, de sujeitos sociais a quem se destina um processo de ensino-aprendizagem, os povos do campo, seja os que vivem nos assentamentos e/ou nas comunidades rurais.

O aprendizado da leitura e da escrita não pode ser feito como algo paralelo ou quase à margem concreta dos alfabetizando... eis que escrever e ler que a "asa é da ave", os alfabetizando necessitam de um outro aprendizado: o de "escrever" a sua vida, o de "ler" a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos. (FREIRE, 1977)

Diante da concepção de Paulo Freire, percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem, não se resume ao ato de ler e escrever. Aprendizagem é muito mais que isso. É necessário aprender a ler sua própria história, conforme a realidade independente de classe política e social. Por isso, é de suma importância o papel dos sujeitos e necessidade de formação para os professores dentro do contexto diversificado, de forma que estimule-os ao desenvolvimento do campo. Essa concepção traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade,, por que se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito a terra , mas pelo direito a saúde, a educação entre outros. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo, como os programas federais de educação:

- Programa Saberes da Terra
- Escolarização de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental para Jovens Agricultores Familiares
- Licenciatura em Educação do Campo
- Formação na Educação Superior graduação para os educadores do Campo
- Formação dos Professores/as e educadores do campo
- Alfabetização de Jovens e Adultos
- Brasil Alfabetizado

Portanto, não se trata de uma questão espaço geográfico, mas sim, de uma realidade de sujeitos sociais a quem se destinam, os povos do campo, seja os que vivem nas comunidades e assentamentos rurais, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

As particularidades da vida camponesa não têm na educação urbana o diálogo necessário para o atendimento das diferenças de realidades desses povos. Lhes é apresentado

como um novo modelo de sociedade, culturas e valores e a sua realidade ficam esquecidas. E sabemos que a educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela Educação Formal - são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino seja (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizada, pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário e a Educação Informal que são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Dessa maneira, percebe-se que a educação do campo é maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana.

A educação do campo se constitui por meio de um diálogo permanente entre o conhecimento científico e o saber popular e entre o que se aprende na escola e a possibilidade concreta do desenvolvimento humano sustentável, de modo que a identidade da escola esteja inserida na realidade do seu meio, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais.

Sabendo que a educação do campo está amparada em artigos da Lei Diretriz e Bases da Educação Nacional, os conteúdos devem ser ligados ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento do campo. Assim, teremos conteúdos gerais das áreas do conhecimento, que todos os estudantes aprendem em qualquer lugar do Brasil e conteúdos específicos de acordo com as características regionais, locais, econômicas e culturais da comunidade onde a escola está inserida. (**artigo 2º § das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**)

Na educação do campo, é importante ressaltar que historicamente a concepção de educação que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista, não tem combatido o analfabetismo de forma satisfatória, há insatisfações, ocasionadas pelo acesso tardio à escola, que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos, devido à precariedade de investimentos dessa política pública. Um dos fatores contribuintes para essa realidade atualmente é que a grande maioria dos educadores do campo que são oriundos de zona urbanas e não procuram se inteirar da realidade e historicidade do campo, não têm conhecimento da realidade de seu educando, de maneira que as políticas públicas de convivência com semiárido existem na realidade do educando, mas não são exploradas pelo educador, a exemplo das cisternas de placas, cisternas calçadão, Programa apoio mulher entre

outros. Isso, sem dúvida, é uma das maiores dívidas históricas para com a população do campo. Além de todos esses fatores, na maioria das vezes, o poder público municipal para atender o direito constitucional que toda criança tem acesso a escola, disponibiliza transportes para as crianças do campo irem estudarem na cidade. De essa forma, fomenta-se a ideia de que é difícil ou quase impossível viver bem no semiárido paraibano e de modo particular, na Região do Curimataú Ocidental, mais precisamente em Barra de Santa Rosa/PB, pois alguns educadores difundem a ideia de que, tem que estudar para “ser gente” ir trabalhar nos grandes centros industriais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes no Assentamento Riacho da Cruz no Assentamento Riacho da Cruz, cuja localização na zona rural é localizada a 4 km da sede do município Barra de Santa Rosa/PB, à margem esquerda da BR 104 via Remígio /PB, a comunidade tem cerca de 200 famílias apossadas da terra, desenvolvendo a agricultura familiar e uma população de aproximadamente 1.000 pessoas entre idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças. O município de Barra de Santa Rosa/PB está situado na região Nordeste, Mesorregião do Agreste Paraibano, Microrregião do Curimataú Ocidental.

A pesquisa é do tipo documental que se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental “Quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico” (MINAYO, 2007; LAKATOS et al, 1986), refere-se aos documentos, escritos, testemunhos, testamentos, relatos, objetos. Eles comprovam a veracidade do assunto pesquisado, como provas da sua existência.

Pesquisa participativa, segundo Souza e outros (2008): uso de técnicas como entrevistas, interação pesquisadores, extensionistas e agricultores com o objeto pesquisado, ênfase nos processos e em trabalhos de campo contínuos. Segundo Barbier (1996): “definição de uma estratégia de intervenção baseada na construção de relações mais democráticas entre os atores”.

Para a escolha da escola onde se desenvolveu a pesquisa, fez-se um levantamento no município procurando identificar qual a instituição de ensino que, segundo a comunidade, apresentava uma maior contemplação de políticas públicas. Após escolher a escola, definiu-se a população que seria entrevistada, sendo professores e alunos por estarem diretamente envolvidos com a construção da prática pedagógica da escola, levando em consideração que a escola não tem projeto político pedagógico e seus professores moram todos na zona urbana. Ao chegar à escola para a coleta dos dados, após apresentação do objetivo, tivemos uma conversa informal sobre a temática em estudo, apresentando algumas políticas públicas de convivência com o semiárido existentes na comunidade de localização da referida escola.

CAPITULO III

RESULTADOS E ANÁLISES QUALITATIVA DOS DADOS

Caracterização dos sujeitos

I - Sobre os alunos

O instrumental aplicado aos alunos do 4º e 5º, ano que permitiu identificar a falta de conhecimento sobre as políticas públicas, totalizou em um público de 16 (dezesesseis) entrevistados englobando uma faixa etária de 09 aos 14 anos.

Tabela 1. Com variáveis serie idade de alunos entrevistados

Serie	Idade	Nº de alunos
4º ano	09 anos	04
4º ano	11 anos	02
5º ano	12 anos	05
5º ano	14 anos	05
Total		16 alunos

Todos os alunos entrevistados demonstraram, em suas respostas, que não têm conhecimento sobre as políticas públicas, embora suas famílias estejam beneficiadas por algumas delas, a exemplo dos programas: garantia safra, Programa um milhão de cisternas (P1MC), Uma terra de duas águas (P1+2) e etc.

1. Conceitos dos entrevistados

Dos 16 (dezesesseis) alunos entrevistados, 07 alunos de 5º ano e 06 do 4º ano disseram que os conteúdos desenvolvidos em sala de aula pelos seus professores atendem as necessidades para uma convivência e permanência na comunidade local e outros 03 alunos do 5º ano não compreenderam a pergunta.

O primeiro questionamento durante a pesquisa foi sobre a concepção de cada um em relação ao semiárido 03 alunos do 5º ano disseram que semiárido o é uma terra molhada, pode plantar e colher; 07 crianças do 5º ano conceituaram que semiárido é o clima da região nordeste e que a vegetação predominante é a caatinga.

Tabela 1.1 variáveis respostas dos alunos entrevistados

Serie	Idade	Nº de alunos
5º ano	De 12 – 14 anos	07
4º ano	De 09 – 11 anos	06
5º ano	De 12 – 13	03
Total		16 alunos

2. Temática de interesse

Com relação aos conteúdos ou temática que consideram importantes para serem trabalhados pela escola na comunidade: 02 alunos do 5º ano responderam que deveriam ser sobre analfabetismo, porque na comunidade tem muita gente que não sabe ler; 01 aluno do 5º ano respondeu que queria aprender educação física, 04 alunos do 5º ano e 3 do 4º ano disseram que seria importante aprender a como preservar mais o meio ambiente, 02 alunos solicitaram a reforma da escola, 01 aluno 4º ano disse que seria bom se escola tivesse coisa mais interessante como computador, por exemplo; 03 alunos do 5º ano disseram que seria muito bom aprender um pouco mais sobre o semiárido, pois só sabem que só pode plantar no tempo do inverno.

3. Conteúdos trabalhados

Tabela 1.2 variáveis respostas dos alunos entrevistados

Série	Idade	Temática	Nº de alunos
4º ano	10 anos	Meio ambiente	03
5º ano	12-14 anos	Meio ambiente	04
4º ano	09-10 anos	Reforma	02
4º ano	10 anos	Computador	01
5º ano	11 anos	Educação física	01
5º ano	12 a no	Analfabetismo	02
5º ano	11-13 anos	Não souberam responder	03
Total			Total

Na questão relacionada dos conteúdos desenvolvidos em sala, como as políticas públicas de convivência com o semiárido, os alunos responderam da seguinte forma: 03 alunos do 4º ano disseram que a escola não discute sobre esses assuntos como, garantia safra, cisterna calçadão; 02 alunos do 5º ano disseram que às vezes o professor fala sobre o assunto; 05 alunos do 5º ano responderam que sim, a escola oferece conhecimento sobre as políticas para convivência com o semiárido não realizando queimadas, preservando o meio ambiente, cuidando bem das cisternas e 03 alunos do 4º ano e 03 alunos do 5º ano não conseguiram entender a pergunta.

Tabela 1.4 - Variáveis de alunos idade - série responderam a questão 04.

Serie	Idade	Alunos
5º ano	11-14 anos	03
4º ano	09-10 anos	03
5º ano	12-14 anos	02
4º ano	09-10 anos	03
5º ano	11-14 anos	05
Total		16 alunos

4. Construção da formação dos sujeitos

Sobre a contribuição da formação de sujeitos conscientes, os alunos responderam: 09 alunos do 5º ano e 06 alunos do 4º ano disseram que sim, a escola contribui para formação de pessoas conscientes de seus direitos, capazes de lutar por suas conquistas e qualidade de vida. Apenas 01 aluno do 5º ano não compreendeu a pergunta.

Serie	Idade	Alunos
5º ano	11- 14 anos	09
4º ano	09 – 10 anos	06
5º ano	10 anos	01
Total		16 alunos

5. Expectativas de mudança

Sobre a perspectiva de qualidade de vida na comunidade onde moram, dos alunos entrevistados apenas 06 responderam que seria possível permanecer morando, trabalhar em sua região e viver com qualidade de vida, 08 alunos disseram que não é possível viver com qualidade de vida onde moram, pois no período da seca sofrem muito, por isso sonham em terminar os estudos para ir morar e trabalhar em outra cidade; 01 aluno disse que não seria possível permanecer morando aqui porque iria passar fome e pedir esmola; 01 outro teve resposta contrária disse que pode sim permanecer morando na região por que é muito bom morar no mato e ter os animais para pastorear.

Tabela 1.5 - variáveis de alunos- série - idade que responderam a perspectiva na qualidade de vida

Serie	Idade	Alunos
5° ano	11- 14 anos	05
4° ano	09 – 10 anos	01
5° ano	11 – 14 anos	03
5° ano	10 anos	01
5° ano	14 anos	01
4° ano	09 – 10 anos	05
Total		16 alunos

Rever algumas coisas

II - SOBRE OS PROFESSORES

Na tabulação dos dados com os 03 (três) professores entrevistados, constatou-se que estes estão atuando na educação de 2 ½ (dois anos e meio) a 14 (quartoze) anos, embora desse tempo, que trabalham na educação apenas a cerca de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, que estão trabalhando em escola da zona rural e todos moram na zona urbana, não tem nenhum vínculo com o campo. Duas professoras são especialistas em psicopedagogia e a outra tem Logos II. Além dessa formação os mesmos participam de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela

própria escola e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Barra de Santa Rosa/PB.

Ao iniciar a conversa com os mesmos sobre a referida entrevista, deixaram claro que achavam importante a discursão sobre a temática em estudo, mais não tinham conhecimento profundo das políticas públicas de convivência com o semiárido. Após uma explanação referente os objetivos do estudo, uma professora disse que não sabia ao certo que era mesmo por que são tantos programas que as vezes fica um pouco perdida (brincou), assim iria responder.

Ao solicitar à instituição escolar autorização para realização da pesquisa, a diretora disse “que tinha orgulho por diante das 22 (vinte e duas escolas) que o município tem a E.M.E.F. José Martinho Cerpa de Menezes ter sido a escolhida para a pesquisas com os seus educadores e alunos”. Levando em consideração que são os mesmos que estão boa parte de seu tempo na docência e com a finalidade de compreender como estão sendo desenvolvidas as políticas públicas de convivência com o Semiárido no processo de ensino-aprendizagem na Escola do Campo; tomaremos como ponto de partida a observação das atividades trabalhadas na sala de aula. Em seguida utilizaremos como instrumento para construção dos dados uma entrevista realizada com 20% dos educandos do 4º e 5º ano que totalizou em 16 alunos sendo 06 (seis) do 4º ano e 10 (dez) do 5º ano; e 50% dos educadores do 2º ao 5º que totalizou em 03 (três) professores, deu como questionários abertos aplicados com o mesmo público. Essa pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2011, como havia sido planejado.

Os professores entrevistados foram questionados inicialmente: “Se conheciam algumas políticas públicas voltada para o campo presente na comunidade em que trabalham?”

“Não especificamente voltada para o campo. Mas a maioria dos membros da comunidade na qual trabalho, são beneficiados com as políticas/ programas do governo Bolsa familiar, saúde da família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).” (Professora 01)

“Conheço o garantia safra benefício para os agricultores que perderam a lavoura”. (Professora 02)

“Aqui na comunidade tem o garantia safra, as cisternas e Arca das Letras, mais até então não sabia que era só voltada para o campo”. (professora 03)

“Em seguida foram indagados: *“sobre a construção do currículo da escola se participavam dessa construção?”*”

**“O currículo que seguimos não foi construído pela equipe de docentes da escola”
(professora 01)**

“Não tenho conhecimento que o currículo tenha sido construído pela equipe da escola. Pode ter sido em outro momento.” (Professora 02)

**“Não sei informar, nada sobre o assunto, estou aqui só há (02) dois anos.”
(professora 03)**

Dando sequencia responderam: *“se a escola onde você trabalha tem Projeto Político Pedagógico (PPP) e se o mesmo contempla a realidade do aluno campo?”*

“Sim. A escola que trabalho tem PPP. Porém não contempla a realidade especificamente do campo e sim a educação básica no geral.” (professora 01)

“Tem, mas não contempla a realidade do campo”. (Professora 02)

“Sim, temos PPP e contempla”. (professora 03)

Seguindo o questionário responderam: *“o processo de ensino aprendizagem desenvolvido pela atende a necessidade do aluno do campo?”*

“No que se refere ao letramento, acredito que atende sim”. (professora 01)

“Acredito atende mais não como deveria, precisamos ter mais conhecimento em relação a educação do campo”. (professora 02)

“Em minha opinião, atende em partes, poderia ser um pouco mais direcionado as necessidades aos alunos que moram no campo”. (Professora 03)

Foram também indagados sobre: *Na sua concepção que outras temáticas deveriam ser trabalhadas na escola?”*

**“Em minha opinião desenvolvimento sustentável e oportunidades para o meio rural.”
(professora 01)**

**“Na minha concepção Educação ambiental que deveria entrar como disciplina.”
(professora 02)**

“Educação ambiental, drogas e agricultura familiar.” (professora 03)

Responderam ainda: “Se você incorpora elementos de convivência com o semiárido na prática pedagógica, levando em consideração que a mesma funciona numa comunidade rural?”.

“Raramente. Até por que eu leciono no ensino infantil. Então os conteúdos dessa fase são mais voltados para cognição, aquisição da leitura oral e escrita e o raciocínio lógico.”
(professora 01)

“Não. Mais essa pesquisa me deixou curiosa a conhecer mais a temática.”
(professora 02)

“Sim, mais de forma muito tímida.” ***(professor 03)***

E para concluir a responderam: “Na sua concepção quais os maiores desafios encontrados para construção de uma prática pedagógica contextualizada, contemplando as políticas de convivência com o semiárido?”

“Primeiro passo seria conhecer as expectativas e interesse da comunidade local; até que ponto os mesmo tem interesse pela vida do campo; em seguida junto à comunidade escolar construir um currículo dentro dos princípios da educação do campo e buscar parcerias com órgãos que desejam a causa em estudo.” ***(professora 01)***

“Um dos maiores desafio é que não temos cursos de aperfeiçoamento especifica para a educação do campo.” ***(professora 02)***

“O nosso sistema educacional não prepara o sujeito pra vida, na maioria das vezes prepara para o mercado de trabalho, então acho que precisamos de métodos mais criativos e que as ações realizadas de políticas públicas sejam mais divulgadas.” ***(professora 03)***

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a educação do campo é um viés para construção de saberes e oportunidades no meio rural com melhoria da qualidade de vida, precisamos criar condições que garantam a qualidade de vida, a redução da pobreza e da miséria. Para tanto, é necessário construir novas formas de relação entre homens e mulheres e entre o ambiente natural e social. Com isso será possível fortalecer a sociedade civil e a participação cidadã na formulação e conquista de políticas públicas para o semiárido, que atenda as necessidades da região, considerando suas potencialidades e seus limites regionais, garantindo a transformação na vida das pessoas e da concepção de campo, e que possibilite reaprender a conviver com sua realidade. Por isso percebe-se a importância do papel da escola do campo.

Nessa perspectiva, verificou-se que a mudança depende de uma formação que seja capaz de sensibilizar as pessoas, despertando um novo olhar e novas perspectivas de vida no semiárido, ou seja, precisava - se “desconstruir” todo um conjunto de verdades construídas ao longo dos anos, que estavam impregnados sobre o imaginário dessas pessoas, resultando num estado de descrença sobre as reais possibilidades de se construir uma política de convivência nessa região, com qualidade de vida.

Na pesquisa qualitativa realizada na Escola municipal de ensino fundamental Jose Martinho de Menezes no município de Barra de Santa Rosa/PB, foi constatado que embora a escola esteja situada no campo, os trabalhos planejados e desenvolvidos pela equipe de profissionais da referida escola é como se fosse em uma escola urbana, uma vez que professores além de morar na cidade não demonstram interesse em conhecer a realidade dos próprios alunos e ainda mais o município não dispõe de formações, curso de aperfeiçoamento voltados exclusivamente para o aluno do campo, essa realidade gritante nos deixou preocupados por que esta é uma área de assentamento e conhecemos a realidade de muitos. Geralmente os jovens ao chegar à idade adulta viajam para trabalhar nas grandes cidades principalmente a cidade de Goiás, perdendo em seguida sua identidade de homem do campo embora esteja executando a mão de obra camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004

AZEVEDO, Fernando de... [et al.]. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARBIER, R. La recherche action. Ed. Anthropos/Economica - Paris, 1996

BRASIL. 1988. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. O ensino de 1º grau. Brasília. 1974

_____ **Projeto de coordenação e assistência técnica ao ensino municipal - PROMUNICÍPIO**. Brasília. 1975

_____ **PROMUNICÍPIO: Relatório 1975 – 1981**. Brasília

BRASIL. 1996. **Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional**.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo**. Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação. Brasília, 2002.

FERNANDES, B. M. MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1992. .

SILVA, Maria do Socorro. **Os saberes do professorado rural: construídos na vida, na lida e na formação**. Dissertação de Mestrado - UFPE, Recife, 2000.

SOUZA, M.A. Educação do campo: **propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006

APÊNDICE (A)

UFMG / BIBLIOTECA

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Educação e Saúde
Unidade Acadêmica de Educação
Especialização em educação com foco em Ensino-aprendizagem

**Roteiro para entrevista com alunos do 4º e 5º ano da Escola Municipal de Ensino
Fundamental José Martinho Cerpa de Menezes**

Entrevista: Aluno/aluna: _____

1. O que você entende por semiárido?
2. Os conteúdos trabalhados e as atividades desenvolvidas em sala de aula atende suas necessidades na convivência com a comunidade local?
3. Que conteúdos ou temática você acha que seria importante ser trabalhado pela escola?
4. O trabalho desenvolvido pela comunidade escolar oferece conhecimentos de alternativas de convivência com o semiárido? Por exemplo, dos programas sociais do Governo Federal como garantia safra, cisternas calçadão, e etc.
5. Você acredita que é possível permanecer morando em sua região e viver com qualidade de vida?

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Educação e Saúde
Unidade Acadêmica de Educação
Especialização em educação com foco em Ensino-aprendizagem

Roteiro para entrevista com professores do 4º e 5º ano da E.M.E.F. José Martinho
Cerpa de Menezes

Entrevista: profª (o): _____

1. Você conhece algumas políticas públicas voltadas para o campo presente na comunidade onde você trabalha? Quais?
2. Como é construído o currículo desta escola? Se sim, você participou dessa construção?
3. Essa escola tem projeto político pedagógico e contempla a realidade do campo?
4. O processo de ensino aprendizagem desenvolvida em sua escola atende a necessidade do sujeito do campo?
5. Que outras temáticas deveriam ser trabalhadas na escola?
6. Vocês incorporam elementos de convivência com na prática pedagógica dessa escola, levando em consideração que a mesma funciona numa comunidade rural?
7. Quais os principais desafios para construção de uma prática pedagógica contextualizada contemplando as políticas de convivência com o semiárido?

APÊNDICE (B)

UNCG / BIBLIOTECA

ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O CAMPO

Item	Detalhamento	Objetivo	Realidade Local
I.	Pronaf - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Crédito - Construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção.	A,B é os mais difundidas em nosso município e trazem oportunidades de crédito para os agricultores familiares fortalecendo sua o desenvolvimento de sua produção
II.	Luz Para Todos	Levar energia elétrica à população rural, em especial, aos trabalhadores rurais de baixa renda, por meio da disponibilidade de crédito e financiamento às empresas distribuidoras de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, de forma a viabilizar a universalização do atendimento.	bem difundido em todo o município
III.	Assistência Técnica	Melhorar as condições de produção e acesso a novos mercados	apenas em alguns assentamentos
IV.	Garantia Safra	Permite o seguro para os agricultores terem perdas da lavoura	1.200 agricultores inclusos (precisando ser ampliado esse número)

V.	PAA – programa Aquisição de Alimentos	Incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar.	apenas cerca de 60 agricultores familiares fornecendo os produtos em caráter de implantação
VI.	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar de alunos da educação básica e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais	Pouco difundido, em fase de implantação.
VII.	PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário	Possibilitar o acesso a terra a trabalhadores (as) rurais sem terra ou com pouca terra, por meio de crédito para a aquisição de imóveis rurais e investimentos em infraestrutura, atuando onde o Estado Brasileiro não pode intervir com seus instrumentos tradicionais de reforma agrária, garantindo a plena participação no processo de desenvolvimento sustentável e desta forma contribuindo para a superação da pobreza no meio rural brasileiro	difundido, porém sem muito sucesso.
VIII.	Arca das Letras	Facilitar o acesso ao livro e à informação na comunidade rural	contribui significativamente

			com o acesso a informação
IX.	Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora	Esclarecer as beneficiárias sobre o uso de documentos, bem como, apresentar as políticas públicas e orientar quanto ao seu acesso.	bem difundida em nosso município, já ocorre há 03 anos.
X.	PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural	Subsidiar a produção de unidade habitacional aos agricultores familiares	fase de cadastramento implantação
XI.	PSH – Programa Subsídio Habitacional	Oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios	desenvolvido com sucesso em nosso município, Já beneficiou mais de 700 famílias entre 2007/2010, rural e urbano.
XII.	Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimulando, propondo, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, que utilizam metodologias adequadas para a especificidade do campo, tendo em vista fomentar o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida e de cidadania dos agricultores familiares.	ainda não tem experiências difundidas na região
XIII.	PBA- Programa Brasil Alfabetizado	Possibilitar a todos os cidadãos o acesso à cidadania por meio da educação. Pode-se afirmar que o objetivo central do programa é	atualmente conta com aproximadamente 80 salas de aulas

		universalizar a educação	de educação de jovens e adultos pelo Brasil Alfabetizado
XIV.	P1MC(programa um milhão de cisternas)	Garantindo a captação de água para consumo humano	Já contam com 330 famílias beneficiadas /2009/2011- bem difundida em nossa cidade
XV.	P1+2(programa uma terra e duas água)	Complemento na produção de alimento	
XVI.	Inclusão – Tele centros BR	Proporcionar à comunidade oportunidades de inclusão digital e acesso a tecnologias de informação à população local	duas comunidades rurais atendidas com o tele centro 2011